



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE PROVAS

Aplicação:
1.º/2/2004

NÍVEL MÉDIO

Auxiliar Judiciário

Áreas: Administrativa/Judiciária

TARDE

CARGO 11



CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Oferece Oportunidades para Realizar Serviços

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 125**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **2/2/2004** – Divulgação, a partir das 10 h (horário de Brasília), dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **3 e 4/2/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **18/2/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no Item I e no Diário Oficial do Estado do Amapá, do resultado final das provas objetivas para todos os cargos e da convocação para a prova prática de digitação para os cargos **1, 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 11**.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – Itens de 1 a 9 e de 14 a 17

Direitos Humanos são uma idéia política com base moral e estão intimamente relacionados com os conceitos de justiça, igualdade e democracia. Eles são uma expressão do relacionamento que deveria prevalecer entre os membros de uma sociedade e entre indivíduos e Estados. Os Direitos Humanos devem ser reconhecidos em qualquer Estado, grande ou pequeno, pobre ou rico, independentemente do sistema social e econômico que essa nação adota.

Entende-se por Direitos Humanos direitos que, inerentes à pessoa humana, visam resguardar a sua integridade física e psicológica perante os semelhantes e perante o Estado em geral, de forma a limitar os poderes das autoridades, garantindo, assim, o bem-estar social por meio da igualdade, fraternidade e da proibição de qualquer espécie de discriminação.

João Baptista Herkenhoff afirma: “Por direitos humanos ou direitos do homem são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o ser possui por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir.”

Conforme determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos, qualquer espécie de discriminação deve ser destruída, extirpada, de modo a assegurar, a todos os seres humanos, o pleno exercício de seus direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Dessa forma, havendo injustificada diferenciação no tratamento entre os indivíduos, estará caracterizada a discriminação.

No entanto, não basta não discriminar, é preciso, também, criar normas que possibilitem a esses grupos marginalizados sua inclusão no contexto social do país, por meio da participação em instituições públicas ou privadas, a fim de garantir a verdadeira e completa implementação do direito à igualdade.

Internet: <<http://www.interlegis.gov.br>>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

Com base nas idéias do texto I, julgue os itens a seguir.

- 1 Em todas as acepções presentes no texto, o qualificativo “humanos”, relacionado ao substantivo “direitos”, deve ser entendido em sentido genérico, incluindo as pessoas dos sexos masculino e feminino, independentemente de idade ou de poder econômico.

- 2 A acepção apresentada por João Baptista Herkenhoff destaca, principalmente, os componentes econômicos e financeiros implicados nas relações humanas.
- 3 Os Direitos Humanos estão relacionados não apenas às idéias morais de dignidade e cidadania, mas também às imposições restritivas da liberdade política aos homens e mulheres de determinadas nações.
- 4 De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, qualquer espécie de discriminação deve ser eliminada, de modo a favorecer a todos o pleno exercício de seus direitos culturais, quer sejam eles civis, políticos, sociais ou econômicos.
- 5 A parte final do texto destaca que o direito à igualdade tem de ser preservado pela Constituição de todas as culturas, independentemente do grau de desenvolvimento e do regime político dos povos.

Considerando os princípios de estrutura e de tipologia textual, julgue os seguintes itens, referentes ao texto I.

- 6 O primeiro período do texto antecipa, na qualidade de um tópico frasal, o tema que será tratado no parágrafo de abertura e nos demais parágrafos do texto.
- 7 O texto, ao expor, organizadamente, um tema abstrato, tem natureza predominantemente dissertativa.
- 8 Por conter cinco parágrafos claramente distribuídos, dos quais o primeiro é a apresentação do problema a ser tratado, os três seguintes, o desenvolvimento do assunto e o último, o fechamento, com a volta à idéia inicial, constata-se que o texto faz parte de um relatório técnico.
- 9 O emprego das aspas no terceiro parágrafo do texto justifica-se por indicar que se trata da transcrição do posicionamento de uma outra pessoa, distinta do redator, acerca do tema tratado.

Com referência aos princípios de concordância e de regência, julgue os itens que se seguem.

- 10 Direitos Humanos é uma idéia política de base moral que está intimamente relacionada aos conceitos de justiça, de igualdade e de democracia.
- 11 Devem-se reconhecer os direitos dos seres humanos em quaisquer nações, grandes ou pequenas, pobres ou ricas, independentemente dos sistemas social e econômico por elas adotados.
- 12 Solidariedade, igualdade, fraternidade, liberdade e dignidade humana encontra-se entre os principais direitos individuais.
- 13 É preciso criar-se normas possibilitadoras da inclusão no contexto social, aos grupos marginalizados, por intermédio da participação em instituições públicas ou privadas, a fim de garantir-lhe o direito à igualdade.

Texto II – itens de 14 a 25

1 A Carta da Organização das Nações Unidas tem
como objetivos principais o respeito aos direitos e liberdades
fundamentais do indivíduo, a manutenção da paz e segurança
4 internacional e a promoção do desenvolvimento social, com
melhorias nas condições de vida dos indivíduos.

A fim de realizar os objetivos expostos na Carta, as
7 Nações Unidas, que, em 1995, contavam com 185 países,
foram organizadas em diversos órgãos, sendo os principais: a
Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, Conselho
10 Econômico e Social e o Secretariado, todos localizados na sede
em Nova Iorque, salvo o Tribunal Internacional de Justiça, em
Haia, na Holanda.

13 A Assembléia Geral é o órgão central, em que cada
nação pode falar e ser ouvida sobre qualquer assunto. Ela
decide questões importantes; pode discutir e fazer
16 recomendações sobre qualquer assunto, inclusive de cunho
militar, exceto os que estejam sendo tratados pelo Conselho de
Segurança. Ainda aprecia relatórios do Conselho de Segurança
19 e de outros órgãos e debate questões relacionadas com o
desenvolvimento sustentado e com os Direitos Humanos.

O Conselho de Segurança lida apenas com questões
22 de paz e segurança, sendo composto por membros
permanentes e não-permanentes. Uma resolução desse
Conselho só será aprovada caso nove membros votem a favor,
25 mas, se um membro permanente votar contra, não será
aprovada, pois o mesmo possui direito de veto.

O Conselho Econômico e Social envolve-se, como o
28 próprio nome diz, com a área econômica e social,
promovendo também o respeito e a observância aos direitos
humanos e às liberdades pessoais. O trabalho é demasiado
31 vasto para um único organismo, de modo que há comissões
para o apoio em assuntos específicos, além das agências
especializadas e dos programas.

34 A Carta das Nações Unidas enfatiza a defesa aos
direitos humanos e às liberdades pessoais, utilizando-se da
cooperação internacional. Mais tarde, a Declaração Universal
37 dos Direitos Humanos, redigida pela Comissão de Direitos
Humanos, veio complementar a Carta. Tratados internacionais
sobre direitos humanos também foram propostos pela ONU,
40 obrigando legalmente os países a garantirem aos seus cidadãos
os direitos sociais, políticos e econômicos. Exemplo é a
Convenção sobre os Direitos da Criança, hoje aceita por mais
43 de 185 países.

“Definitivamente, a relação de um Estado com seus
nacionais passa a ser uma problemática internacional, objeto de
46 instituições internacionais e do Direito Internacional”, palavras
da Profª. Flávia Piovesan, que indicam a legitimação dos
direitos humanos como preocupação dos Estados, a partir da
49 Carta da Organização das Nações Unidas.

Internet: <<http://www.dhnet.org.br/carta.html>>. Acesso em janeiro de 2004 (com adaptações).

Com base nas idéias do texto II, comparativamente às do texto I, julgue os itens subseqüentes.

- 14 Os dois textos tratam do mesmo assunto, embora sob perspectivas distintas.
- 15 O texto I dá ênfase aos conceitos concernentes ao assunto tratado; o texto II destaca, principalmente, a constituição e a retrospectiva histórica do tema em pauta.

16 O texto I é bem específico, pois descreve o panorama brasileiro no contexto internacional; já o II focaliza o assunto de forma mais ampla, abrangendo o cenário internacional.

17 No texto II, as passagens “o respeito aos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo”, “a promoção do desenvolvimento social, com melhorias nas condições de vida dos indivíduos” — todas entre as linhas de 2 a 5 — e “questões relacionadas com o desenvolvimento sustentado e com os Direitos Humanos” (l.19-20) apresentam as idéias fundamentais desenvolvidas no texto I.

Considerando o emprego das classes gramaticais, a significação das palavras e a sintaxe, julgue os itens que se seguem, relativos ao texto II.

18 Pelo teor do texto, constata-se que a “Carta” (l.1) é um tipo específico de correspondência oficial, denominado também de **Carta Comercial Internacional**.

19 Entre as linhas 2 e 4, as expressões “aos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo”, “da paz e segurança internacional” e “do desenvolvimento social” complementam, respectivamente, os nomes abstratos que as antecedem.

20 No segundo parágrafo do texto, há palavras escritas com iniciais maiúsculas, emprego que se justifica por serem todas substantivos próprios, primitivos ou derivados.

21 A passagem “O trabalho é demasiado vasto para um único organismo, de modo que há comissões para o apoio em assuntos específicos, além das agências especializadas e dos programas” (l.30-33) constitui um período composto por coordenação e subordinação.

Julgue os fragmentos nos itens que se seguem quanto à manutenção do sentido do texto II, indicado entre aspas, e quanto à grafia e à pontuação.

22 “A Assembléia (...) Segurança” (l.13-18): Na Assembléia Geral, o órgão central da ONU, cada nação pode expressar-se e ser ouvida acerca de vários assuntos, com exceção dos que estejam sendo tratados pelo Conselho de Segurança.



23 “O Conselho (...) de veto” (l.21-26): Questões de paz e de segurança são tratadas com exclusividade pelo Conselho de Segurança, o qual comporta membros permanentes e não-permanentes; todavia uma resolução desse Conselho só será aprovada se nove dos membros permanentes votarem a favor, pois os mesmos possuem direito de veto.

24 “A Carta (...) 185 países” (l.34-43): A Carta das Nações Unidas, complementada pela a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 retifica os direitos humanos e as liberdades pessoais, utilizando-se da cooperação internacional; por isso, tratados internacionais sobre direitos humanos a exemplo da Convenção sobre os Direitos da Criança, também foram propostos pela ONU, obrigando legalmente os países a garantir aos seus cidadãos os direitos sociais, políticos e econômicos.

25 “Definitivamente (...) Unidas” (l.44-49): “Nas palavras da professora Flávia Piovesan, a legitimação dos direitos humanos deve ser uma preocupação dos estados”. Porque a Carta da Organização das Nações Unidas declara que cada Estado é hegemônico perante seus nacionais, de acordo com o Direito Internacional.








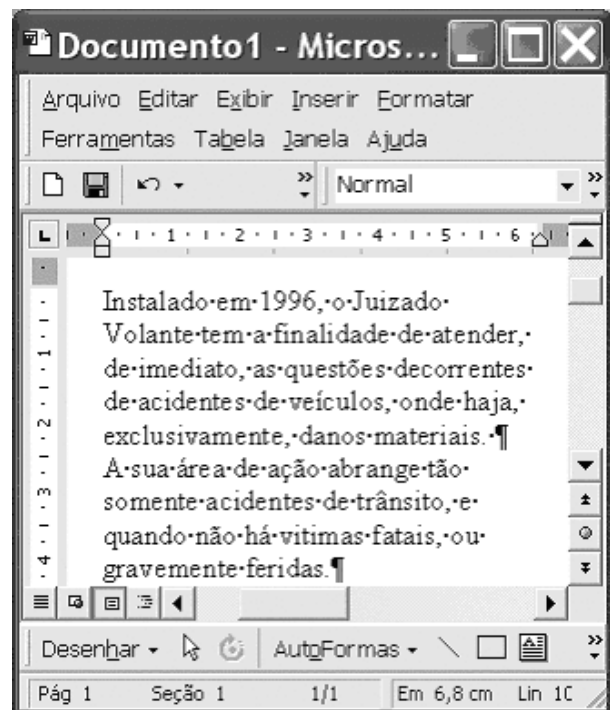
Com relação à janela do Internet Explorer 6 ilustrada acima, julgue os itens seguintes.

- 26 As figuras contidas na página mostrada na janela do Internet Explorer 6 podem ser copiadas para arquivos dos tipos Word e Excel.
- 27 A informação **site principal**, contida na barra inferior do Internet Explorer 6, indica que a página Web mostrada na janela do Internet Explorer 6 não contém vírus de computador.
- 28 A página Web mostrada na janela do Internet Explorer 6 pode ser enviada a um destinatário na forma de uma mensagem de correio eletrônico, utilizando-se os recursos disponibilizados pelo botão .
- 29 Ao se clicar o botão , será aberta uma nova janela do Internet Explorer 6 contendo a página definida como inicial desse aplicativo.




A figura acima ilustra parte da tela do monitor de um computador cujo sistema operacional é o Windows XP. Considerando essa figura, julgue os itens de 30 a 33, acerca do Windows XP.

- 30 Ao se clicar , será aberta uma janela que disponibiliza diversas ferramentas para configurar e personalizar o computador. Entre elas, encontra-se uma ferramenta que permite adicionar e remover programas.
- 31 Para se executar um procedimento de verificação e substituição automática de arquivos do Windows XP danificados no computador, é suficiente clicar .
- 32 As informações constantes na figura permitem concluir que o computador em questão faz parte de uma rede de computadores. Para se desconectar o computador dessa rede, é suficiente clicar .
- 33 Ao se clicar , será acessada uma ferramenta de desenho do Windows XP. Um desenho elaborado nessa ferramenta não pode ser visualizado por meio do aplicativo do Windows XP associado a .



A figura acima ilustra uma janela do Word 2000, com parte de um texto extraído do sítio <http://www.tjap.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, relativos ao Word 2000.

- 34 Para se inserir uma página em branco entre os dois parágrafos mostrados do documento, é suficiente clicar imediatamente antes de “A sua área” e, a seguir, clicar o botão .
- 35 Para se encerrar a sessão atual do Word 2000 sem que as últimas alterações que possam ter sido realizadas no documento sejam armazenadas em arquivo é suficiente clicar o menu **Arquivo** e, na lista de opções resultante, clicar Sair.

- 36 Para se selecionar apenas o primeiro parágrafo mostrado do documento, é suficiente clicar sobre o início desse parágrafo; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; clicar sobre o final do parágrafo; liberar a tecla **Shift**.
- 37 Para se alterar o estilo de formatação associado ao primeiro parágrafo mostrado do documento, é suficiente clicar sobre qualquer palavra desse parágrafo e, a seguir, escolher uma das opções de estilo existentes na caixa **Normal**.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Excel 2000 com a célula A1 selecionada, julgue os itens seguintes.

- 38 Sabendo que o estado do Amapá tem uma área igual a 143.453 km² e que 70% dessa área é de floresta, então, para se determinar a área do Amapá correspondente a floresta, em km², pondo o resultado na célula A1, é suficiente digitar =143453*0,70 e, a seguir, teclar **Enter**.
- 39 Considere o seguinte procedimento: digitar amapá na célula A1; teclar **Enter**; clicar a célula A1; e clicar **ABC**. Nesse caso, o termo digitado com inicial minúscula será automaticamente alterado para inicial maiúscula: Amapá.
- 40 Para se eliminar a segunda linha da planilha mostrada, movendo o conteúdo da terceira linha para a segunda linha, é suficiente clicar o cabeçalho **2** e, a seguir, clicar **Y**.

Considerados os grandes termômetros das mudanças climáticas na Terra, a Antártica e o Ártico são as regiões que mais evidenciam os efeitos do aquecimento global. Estudos recentes comprovam o aumento da temperatura e a redução significativa da cobertura de gelo nesses locais e mostram como essas alterações podem influenciar todo o planeta. A temperatura na península Antártica registrou, nos últimos 50 anos, um aumento de 2,5 graus Celsius. No mesmo período, foi registrada uma redução da área gelada de 5% a 7%. Em média, a península perde 12 mil quilômetros quadrados de gelo por ano.

O Globo, 17/11/2001, p. 24 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 41 Nos dias atuais, cresce a consciência de que o desenvolvimento a qualquer preço não mais faz sentido, justamente por colocar concretamente em risco a vida no planeta.
- 42 O conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe o equilíbrio entre a necessidade de produzir e a de garantir condições de vida às futuras gerações.
- 43 Sabe-se hoje que a exploração desenfreada e desordenada dos recursos naturais acarreta danos ambientais muito graves, alguns dos quais de forma definitiva.
- 44 O aquecimento global é fenômeno de sérias conseqüências, como indica o texto, em larga medida originado da emissão descontrolada de gases poluentes na atmosfera.
- 45 Até agora, em que pese a pressão dos grupos ambientalistas, nenhuma tentativa houve de controlar a emissão de agentes poluidores que ampliam o denominado efeito estufa.
- 46 Um dos efeitos do derretimento de gelo na região polar é o aumento do nível dos mares, com todos os transtornos disso decorrente.
- 47 Nos últimos anos, verificou-se a redução do número de organizações não-governamentais voltadas à defesa do meio ambiente em decorrência das pressões exercidas por governos e grandes corporações econômicas mundiais.
- 48 Atualmente, nenhum país se destaca mais que os Estados Unidos da América na defesa do meio ambiente, o que pode ser explicado pela força de seu poder econômico.
- 49 O Brasil comunicou oficialmente à Organização das Nações Unidas (ONU) que concorda com a internacionalização da Amazônia como forma de preservá-la da fúria de muitas empresas que querem explorá-la.
- 50 A proibição da caça e da pesca, em todos os níveis, está sendo vista pela ONU como medida necessária à preservação da fauna mundial, primeiro passo para a manutenção da vida humana no planeta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que diz respeito à noção de direito administrativo, especialmente quanto ao serviço público, à administração pública, ao regime único dos servidores públicos e a sua aposentadoria, julgue os itens subseqüentes.

- 51** Serviços públicos próprios são aqueles cuja execução a Constituição atribui à União diretamente ou mediante concessão ou permissão, enquanto serviços públicos não-exclusivos são os que podem ser executados pelo Estado ou pelo particular por meio de autorização.
- 52** Os serviços que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos são considerados como *uti singuli*; entretanto, os serviços que são prestados à comunidade e apenas indiretamente atingem os indivíduos são considerados *uti universi*.
- 53** Os cargos, empregos e funções são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, bem como para estrangeiros, desde que naturalizados na forma da lei.
- 54** A livre associação sindical é garantida apenas para determinadas categorias de servidores públicos civis, sendo que o direito de greve deverá ser exercido na forma da lei.
- 55** Os funcionários públicos pertencentes aos quadros do Poder Legislativo não poderão ter vencimentos superiores aos pagos pelo Poder Judiciário, quando tais vencimentos não forem inferiores aos do Poder Executivo.
- 56** O servidor público, com emprego em sociedade de economia mista, pode acumular cargos, desde que seja em uma fundação ou autarquia pública.
- 57** As subsidiárias de empresas públicas podem ser criadas por estas, mediante ato administrativo próprio que também regulará sua forma de funcionamento e as áreas de sua atuação.
- 58** A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes da carreira influenciam na fixação dos padrões de vencimento e do sistema de remuneração dos servidores da União, dos estados e dos municípios.
- 59** No concernente à aposentadoria do servidor público, é possível estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, desde que seja respeitada a legalidade.
- 60** O servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de serviço público perderá a estabilidade em razão de sentença judicial transitada em julgado.

Considerando os conceitos, os princípios e as fontes do direito administrativo, bem como os poderes e a organização administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 61** A legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência constituem princípios expressos do direito administrativo brasileiro.
- 62** Na organização administrativa brasileira, os territórios federais que não integram a federação podem ser incluídos na modalidade de descentralização, mas têm personalidade de direito público e possuem capacidade genérica.
- 63** Autarquias são todas as sociedades civis ou comerciais de que o Estado tem o controle acionário.

- 64** Poder discricionário é aquele concedido à administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com liberdade de escolha da conveniência, oportunidade e conteúdo.
- 65** Os agentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao exercer suas funções típicas, desempenham-na sob o influxo do poder hierárquico.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 66** A vacância de cargo provocado pela morte de um servidor e o decurso do tempo, que produz a prescrição administrativa são exemplos típicos de fatos administrativos.
- 67** O conceito de ato administrativo é bem mais amplo do que o de ato de administração, sendo aquele o gênero e esse, a espécie.
- 68** Consideram-se elementos dos atos administrativos a competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.
- 69** O mérito constitui requisito essencial do ato administrativo.
- 70** A presunção de legitimidade, a imperatividade, a auto-executoriedade, a exigibilidade e a tipicidade constituem atributos do ato administrativo.

De acordo com os direitos e deveres fundamentais individuais e coletivos, julgue os itens seguintes.

- 71** O cidadão brasileiro é livre para exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão, ao contrário do estrangeiro, que deve atender às qualificações profissionais previstas na lei.
- 72** É permitida a associação para fins lícitos e as que se destinam a atividades de natureza militar, desde que definidas por lei.
- 73** A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- 74** Aos autores de obra literária pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- 75** A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégios para sua utilização por tempo indeterminado.

Julgue os itens subseqüentes, de acordo com a competência do Poder Legislativo.

- 76** Ao Congresso Nacional compete resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- 77** Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do país, quando a ausência exceder a quinze dias.
- 78** É competência exclusiva do Senado Federal julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

79 À Câmara dos Deputados compete, privativamente, entre outras atribuições, a autorização, por dois terços de seus membros, para a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado.

80 Compete ao Senado Federal, entre outras atribuições, a autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Julgue os itens a seguir, considerando o disposto acerca do processo legislativo do Congresso Nacional.

81 O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos e as resoluções.

82 A lei que dispõe sobre servidores da União e dos territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria é iniciativa concorrente do presidente da República e do Congresso Nacional.

83 As leis delegadas são elaboradas pelo presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

Com relação ao Poder Judiciário, julgue os seguintes itens.

84 Os tribunais podem eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, observando as normas de processo e garantias processuais das partes e dispondo acerca da competência e do funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

85 A concessão de licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juizes e servidores que lhe forem imediatamente vinculados compete, concorrentemente, aos tribunais e ao chefe do Poder Executivo.

86 Ao Superior Tribunal de Justiça compete julgar os juizes estaduais, do Distrito Federal e dos territórios, bem com os membros do Ministério Público em relação aos crimes comuns e aos de responsabilidade, ressalvada a competência da justiça eleitoral.

87 A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal são de competência do Supremo Tribunal Federal.

Julgue os itens subseqüentes, com relação ao Poder Executivo.

88 O presidente da República compete nomear privativamente os ministros do Tribunal de Contas da União, os magistrados, constitucionalmente previstos, o advogado geral da união e os membros do Conselho da República.

89 O ministro de Estado deve exercer a orientação e a coordenação dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência, cabendo exclusivamente ao presidente da República sua supervisão.

90 Ao presidente da República compete privativamente exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais gerais e nomeá-los para cargos que lhes são privativos.

Em relação aos atos processuais, julgue os itens a seguir.

91 Na intimação por carta postal, a contagem dos prazos inicia-se na data da juntada do aviso de recebimento nos autos.

92 De regra, a intimação deve ser feita na pessoa do advogado, sendo nula se for realizada diretamente à parte.

93 Quando a lei não indicar o prazo para a realização do ato processual, este será de 15 dias, podendo, entretanto, o juiz duplicá-lo se entender necessário.

94 O único efeito da citação válida é chamar o réu ao processo para contestar o feito.

95 Não deve ser cancelada a distribuição do feito se o autor deixar de efetuar o preparo no prazo legal, tendo em vista o princípio da economia processual que rege o processo.

96 O princípio da instrumentalidade significa que o ato processual só é válido se for realizado estritamente na forma da lei, sob pena de nulidade.

97 Qualquer escrito em língua estrangeira que se pretenda juntar aos autos deve ser traduzido para o vernáculo, ainda que o juiz conheça a língua estrangeira usada no documento.

98 Para efeito de prazos, feriados e férias são idênticos: ambos paralisam a contagem do prazo processual, que se suspende e só começa a correr no primeiro dia útil seguinte.

No referente ao processo de execução, julgue os itens que se seguem.

- 99** A execução envolve atuação do órgão jurisdicional de forma coativa, compelindo o devedor ao cumprimento da obrigação por meio de medidas invasivas de seu patrimônio.
- 100** É cabível a penhora dos vencimentos dos funcionários, desde que seja mediante descontos parcelados em folha de pagamento.
- 101** Se o executado não pagar nem indicar bens à penhora, o credor não pode indicá-los e o processo deve ser suspenso pelo prazo de até 90 dias.
- 102** A arrematação é ato processual que precede a penhora.
- 103** É impenhorável o montante recebido em razão de seguro de vida pelo beneficiário.
- 104** É impenhorável a residência familiar do devedor que não possui outro bem imóvel residencial.
- 105** O devedor pode pagar a dívida, ensejando a extinção da execução, ainda que já esteja marcado o dia da praça.
- 106** De regra, o prazo para nomeação de bens a penhora começa em um dia para findar no seguinte no mesmo horário em que foi praticado o ato.
- 107** Ao nomear bens a penhora, o devedor tem o direito de indicá-los, qualquer que seja o foro em que se situe, não podendo o credor exigir a nomeação de imóvel situado no foro da execução.
- 108** A penhora de bens localizados em outro foro deve ser feita por carta.
- 109** Se o objeto da penhora é imóvel, os efeitos perante terceiro derivam do registro no cartório do ofício imobiliário, mas mesmo sem o registro a penhora é válida entre as partes.
- 110** Compete ao oficial de justiça, e não ao advogado do exequente, fazer a descrição dos bens que guarnecem a residência ou estabelecimento do devedor.

Paulo, promotor de justiça famoso por sua dedicação exclusiva ao trabalho, ofereceu denúncia contra Cristina, imputando-lhe o crime de ação penal pública condicionada à representação de furto contra o irmão, José. Cristina, insatisfeita em ver-se processar, espalhou pela cidade a notícia de que Paulo, agora seu ex-amigo, era homossexual. Paulo processou Cristina pelo crime de injúria, que é de ação penal privada.

Considerando essa situação hipotética e quanto à ação penal, julgue os itens subseqüentes.

- 111** A ação penal privada é iniciada pela denúncia do Ministério Público.
- 112** Se ocorrer a morte de José, o juiz não poderá instaurar a ação penal sem a representação.

- 113** O perdão oferecido por Paulo e não aceito por Cristina não produz efeitos, uma vez que se trata de ato bilateral.
- 114** Será caso de renúncia tácita o fato de Paulo reatar a amizade com Cristina.
- 115** Ocorrerá a perempção se Paulo deixar de comparecer à audiência de conciliação designada pelo juiz.

No referente a provas, julgue os itens que se seguem.

- 116** São inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos, mas as derivadas destas podem ser utilizadas, uma vez que são autônomas.
- 117** Ao analisar as provas contidas nos autos, o juiz adota diferentes critérios de valorização, dando maior importância àquelas que são imprescindíveis ao esclarecimento do fato, como, por exemplo, a confissão, considerada a rainha das provas.
- 118** O exame de corpo de delito é indispensável para a apuração de todos os tipos de crimes.
- 119** Havendo mais de um acusado no mesmo processo, o interrogatório de todos deve ser feito na mesma oportunidade, respeitado o horário do expediente do juiz.
- 120** Por ser obrigada a prestar declarações sobre o crime sofrido, a vítima, se deixar de comparecer sem motivo justificado para o ato, deverá ser conduzida coercitivamente à presença do juiz.

O interrogatório do réu é meio de prova e também de defesa, pois ainda que se defenda, o acusado apresenta ao juiz elementos que podem ser utilizados na apuração da verdade. Em relação ao interrogatório do acusado, julgue os itens seguintes.

- 121** O advogado representante do réu presente no interrogatório não pode, em nenhuma hipótese, fazer questionamento.
- 122** No interrogatório de acusado surdo-mudo, as perguntas e respostas devem ser feitas por escrito.
- 123** A recusa do acusado em assinar o interrogatório anula o ato.
- 124** O interrogatório do réu, apesar de ser um ato de instrução, pode ocorrer em qualquer fase da ação penal, mas a sua falta, e sendo possível fazê-lo, gera nulidade.
- 125** O silêncio do acusado no interrogatório não pode ser interpretado em prejuízo da sua defesa.